



PLANEJAMENTO URBANO PARA ALÉM DOS ESPAÇOS METROPOLITANOS: INVESTIGAÇÃO TIPOLÓGICA DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Aline Galinari Santoro ¹
Paulo Nascimento Neto ²

RESUMO

As transformações urbanas e a pluralidade de formas urbanas tornaram-se características cruciais de nossos tempos, sendo assim, investigar os desafios do planejamento urbano nos municípios de pequeno porte implica uma prévia segmentação do universo de mais de 5.570 municípios, compreendendo-os segundo suas principais características. Neste trabalho, definiu-se como amostra o conjunto de municípios de pequeno porte do estado do Paraná, com vistas a delimitar um grupo mais restrito, mas ainda representativo do contexto estudado. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de agrupamento dos municípios a partir de uma abordagem exploratória com desenho metodológico quantitativo, a partir da aplicação de análise estatística multivariada. Ao final, o resultado foi a proposição de grupos tipológicos, reunidos segundo determinadas características, possibilitando a compreensão da distribuição espacial dos grupos. Com isso, o artigo contribui com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos de pesquisa futuras, além de compreender o urbano através das pequenas cidades, um olhar para seus papéis urbanos, suas diversidades e relevância.

Palavras-chave: Planejamento urbano, Municípios de pequeno porte, Pequenas cidades, Análise de agrupamento.

RESUMEN

Las transformaciones urbanas y la pluralidad de formas urbanas se han convertido en características cruciales de nuestro tiempo, por lo que investigar los retos de la planificación urbana en los pequeños municipios implica una segmentación previa del universo de más de 5.570 municipios, entendiéndolos según sus principales características. En este trabajo, se definió como muestra el conjunto de pequeños municipios del estado de Paraná, a fin de delimitar un grupo más restringido, pero aún representativo del contexto estudiado. Por lo anterior, el objetivo de este trabajo es realizar un análisis de agrupación de los municipios desde un enfoque exploratorio con diseño metodológico cuantitativo, a partir de la aplicación del análisis estadístico multivariado. Al final, el resultado fue la proposición de grupos tipológicos, reunidos según determinadas características, lo que permitió comprender la distribución espacial de los grupos. Así, el artículo contribuye al campo aplicando técnicas exploratorias para clasificar los municipios de pequeño tamaño en grupos de características homogéneas, apuntando a futuros focos de investigación,

¹ Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – (PUCPR), alineg.santoro@gmail.com;

² Doutor em Gestão Urbana e professor do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - (PUCPR), paulo.neto@pucpr.br.



además de entender lo urbano a través de las pequeñas ciudades, una mirada a sus roles urbanos, sus diversidades y relevancia.

Palabras clave: Planificación urbana, Municipios pequeños, Ciudades pequeñas, Análisis de conglomerados.

INTRODUÇÃO

As transformações urbanas e a pluralidade de formas urbanas tornaram-se características cruciais de nossos tempos. Nas últimas décadas, esses processos têm atraído uma grande quantidade de interesses políticos, em particular em relação à Nova Agenda Urbana e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS11) (WATSON, 2016). Muitos estudiosos examinaram as maneiras pelas quais as transformações urbanas contemporâneas atingiram quase todos os cantos do mundo: um processo que se materializa em formas urbanas concentradas, ampliadas e diferenciadas (SCHINDLER, 2017). No plano regional, as cidades constituem-se como elementos-chaves no processo de articulação e comando do espaço e podem ser consideradas a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território (BRASIL, 2008). Sua capacidade de articulação depende, sobretudo, da sua escala (tamanho), da natureza da sua base produtiva, de sua localização e da infraestrutura de transporte que ela desfruta (SCHERER; AMARAL, 2020).

Nesse contexto, pensar a região sem levar em conta o papel desempenhado pelos diferentes tipos de municípios a compõem torna-se, no mínimo, exercício com alcance bastante limitado. Assim, ao abordar a questão regional brasileira recente, é fundamental que se levem em conta o município como elemento de articulação e transformação local, em especial os de médio e pequeno porte que, ao cumprirem funções de intermediação entre os grandes núcleos urbanos metropolitanos e o meio rural, têm destacado papel de balanceamento da rede urbana (SCHERER; AMARAL, 2020). Devido ao seu tamanho continental e concentração de recursos e pessoas, o Brasil apresenta uma ampla diversidade quanto ao porte dos seus municípios, que se reflete nos desafios do planejamento urbano, na gestão e ordenamento de territórios tão heterogêneos (MEDEIROS; GONÇALVES, 2021).

Conforme as estimativas populacionais para o ano de 2019 (IBGE, 2019), no universo dos 5.570 municípios brasileiros, 68,3% deles possui menos de 20 mil habitantes (3.805), seguidos de 30,8% entre 20 mil e 500 mil habitantes (1.718) e apenas 0,9% com



população superior a 500 mil habitantes (47). Destaca-se a expressividade numérica dos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes), lançando-se luz sobre uma realidade pouco estudado em relação à gestão e planejamento urbanos, aspectos fundamentais para a gestão territorial local (MEDEIROS, GONÇALVES, 2021). Desse modo, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer de uma parte da realidade urbana” (ENDLICH, 2006), sendo fundamental reconhecer sua importância no contexto nacional.

Conforme Santos (1979), uma cidade local corresponde à “aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Neste sentido, o processo de urbanização brasileira, a partir da segunda metade do século XX, aprofundou as desigualdades sociais nos espaços urbanos não metropolitanos em função das ações de planejamento empreendidas no país, aliando a redivisão territorial do trabalho com a falta de investimentos em infraestrutura, serviços e de políticas urbanísticas (VIEIRA, 2011).

Investigar os desafios do planejamento urbano nos municípios de pequeno porte implica uma prévia segmentação do universo de 3.805 municípios, compreendendo-os segundo suas principais características. Destarte, antes de compreender idiosincrasias a partir de estudos de caso, entende-se ser fundamental classificar o significativo volume de municípios em grupos menores, com indicadores comuns. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise de agrupamento dos municípios a partir de técnicas de análise estatística multivariada. Definiu-se como amostra de estudo o conjunto de municípios de pequeno porte do estado do Paraná, com vistas à delimitar um grupo mais restrito, mas ainda representativo do contexto estudado. Com isso, o artigo contribui com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos de pesquisas futuras.

METODOLOGIA

Diante do objetivo de realizar uma análise de agrupamento dos municípios de pequeno porte brasileiros e compreendê-los segundo suas principais características, a pesquisa parte de uma abordagem exploratória com desenho metodológico quantitativo, a partir do qual aplica-se técnica de análise estatística multivariada. Para tanto, a primeira etapa envolveu a definição das variáveis de interesse, de acordo com o suporte teórico da



pesquisa. Alinhado ao foco da segmentação (questões afetas ao planejamento urbano) e à disponibilidade de dados para todo o universo pesquisado, foram estabelecidas como variáveis: área territorial, grau de urbanização, população urbana, população rural, PIB, densidade demográfica, percentual da população atendida por rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água, índice de Gini, rendimento médio familiar e IDH.

As variáveis foram coletadas nas plataformas online do IBGE e do IPARDES, consolidando a base de dados da pesquisa. Estes dados passaram por procedimento de padronização dimensional e checagem de valores faltantes. A aplicação da técnica de clusterização foi desenvolvida no software R, a partir do qual foram obtidos agrupamentos, posteriormente descritos a partir de medidas de estatística descritiva de cada variável. Ao final, o resultado foi a proposição de grupos tipológicos, reunidos segundo determinadas características. Os resultados também foram plotados em cartograma por meio do software QGis de geoprocessamento, possibilitando a compreensão da distribuição espacial dos grupos.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o processo de urbanização foi semelhante aos dos demais países da periferia do capitalismo, no qual os instrumentos de planejamento urbano tradicionais, mimetizados de experiências do Norte Global, se mostraram insuficientes para a dinamicidade da expansão urbana. Nesse cenário, destaca-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que na década de 1970 cita pela primeira vez a necessidade de pensar as cidades médias para o ordenamento territorial urbano (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). Argumentava-se que a insuficiência de centros intermediários dinâmicos estava entre as causas que dificultavam uma interiorização efetiva do país (SPOSITO, 2001; CASTELLO BRANCO, 2006). Conforme descrevem Steinberger e Bruna (2001), as cidades médias foram conceituadas no contexto da década de 1970 como,

Aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valores estratégicos para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p.51).

Porém, uma vez que inexistia correspondência exata entre o tamanho de uma cidade e seu papel na rede urbana (CHRISTALLER, 1996), a população torna-se



insuficiente para traduzir a diversidade de funções desses locais como um todo e, em especial, das cidades médias (SPOSITO, 2001; CASTELLO BRANCO, 2006; OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2010). Neste sentido, as cidades médias referem-se também às mediações e interações que não estão circunscritas às dimensões e aos tamanhos das cidades apenas, mas às articulações, relações e conexões que estas cidades mantêm com as cidades maiores e menores no sistema urbano regional e/ou nacional (SILVA, 2006). No contexto atual elas passaram a estabelecer “relações com outros territórios/cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão de integração num espaço mais abrangente integração à escala nacional e internacional” (COSTA, 2002).

Desse modo, ao se analisarem os arranjos espaciais que ocorrem na contemporaneidade, é preciso ter clareza de que a contiguidade territorial, ainda que se mantenha como aspecto imprescindível na compreensão dos processos constitutivos dos lugares, também resulta da articulação em rede (SPOSITO, 2001). Portanto, tempo e espaço devem orientar as análises como par articulado e não de modo dicotômico, sendo essenciais no entendimento das gêneses dos lugares e das interações socioespaciais que neles se manifestam e redefinem a reprodução espacial. Corrêa (1999) reconhece que, a cada momento histórico, configurações (particulares e singulares) são redefinidas em face da divisão territorial do trabalho e da rede urbana.

Ao se observar um segmento específico de uma rede urbana é preciso, pois, atentar para suas especificidades históricas, geográficas e estruturais, bem como aprender sua complexidade (ROCHEFORT, 1998). Nesse sentido, analisar uma rede exige contemplar aspectos relativos à sua gênese, evolução e dinâmica atual (CORRÊA, 1989), observando-se três dimensões: a temporal (que ajuda a entender como transcorrem as alterações ao longo do tempo), a organizacional (os agentes e sua forma de estruturação) e a espacial (contemplando tanto a forma quanto as interações existentes) (CORRÊA, 1997). As enormes diferenças regionais existentes num país da dimensão territorial do Brasil exigem, por sua vez, considerarem-se os distintos momentos de ocupação e a dinâmica das interações, resultando no que Santos (1979) denominou formação socioespacial. A forte simetria encontrada resulta de uma produção do espaço diferentemente datada, ocupada e articulada, correspondendo a áreas com mais e menos infraestruturas, capitais, pessoas e fluxos. Esses aspectos variam em muitos casos mesmo numa unidade da federação (SILVA; BERNARDELLI, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O urbano brasileiro possui um conjunto de diferentes classificações de cidades, até mesmo os municípios de pequeno porte. Apesar das distinções em termos operacionais, a busca por uma caracterização (ainda que parcial e não definitiva). Contribui com a compreensão da distribuição espacial do cenário urbano brasileiro.

O Brasil possui mais de 5.570 municípios, grande parte conformada por pequenos centros urbanos, revelando uma realidade multifacetada (IBGE, 2017). Particularmente para o escopo deste trabalho, observa-se a mesma.

A realidade no Estado do Paraná, no universo de 399 municípios, aproximadamente 80% deles (312 municípios), possuem no máximo, vinte mil habitantes (Figura 1). Desses, 98 municípios possuem um total de até cinco mil habitantes, 105 municípios contêm entre cinco e dez mil habitantes e por fim, 109 municípios entre dez e vinte mil habitantes.

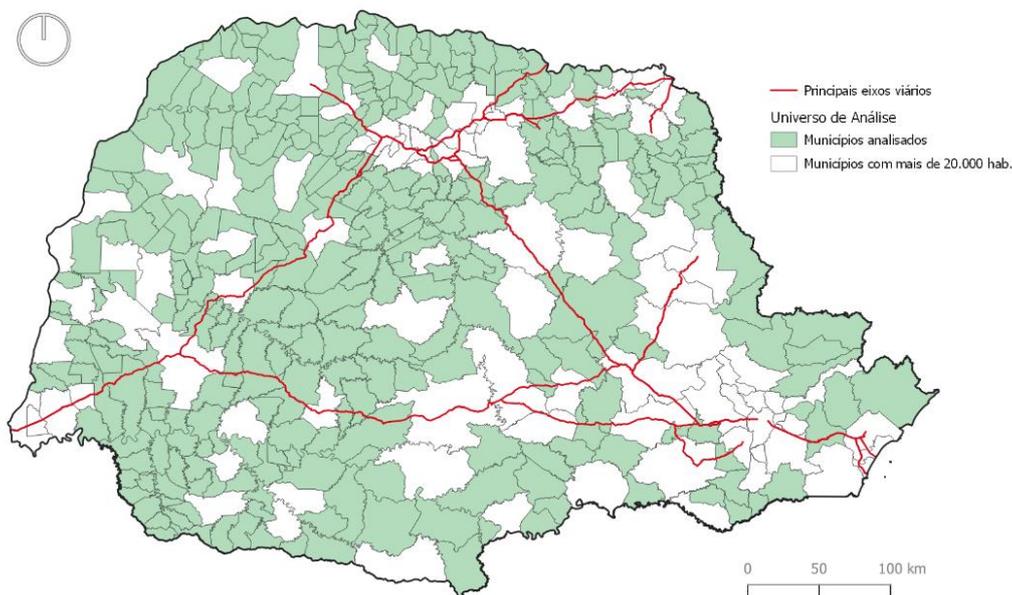


Figura 1: Mapa do Paraná com a identificação dos 312 municípios de até 20 mil habitantes

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.



Ao organizarmos essa distribuição em um gráfico tipo *boxplot* (figura 2) pode-se ver que a distribuição dos municípios paranaenses de menor porte tem concentração mais significativa entre 4.400 e 11.500 habitantes. Não há outliers, mas há uma dispersão significativa entre 10.000 e 20.000 habitantes, relevando que, ao considerarmos os 312 municípios com população inferior à 20 mil habitantes, na realidade temos 75% com menos de 11.500 habitantes. Os dados são reforçados pelo histograma dos municípios segundo porte populacional (figura 3), que permite visualizar esta concentração significativa de municípios até o patamar de 10.000 habitantes.

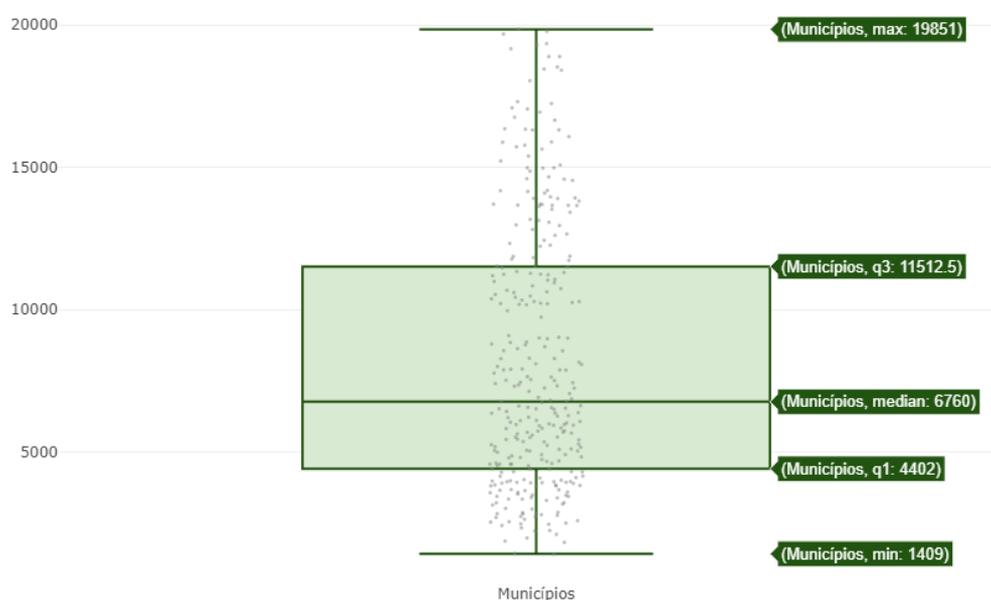


Figura 2: Distribuição dos municípios segundo a população

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

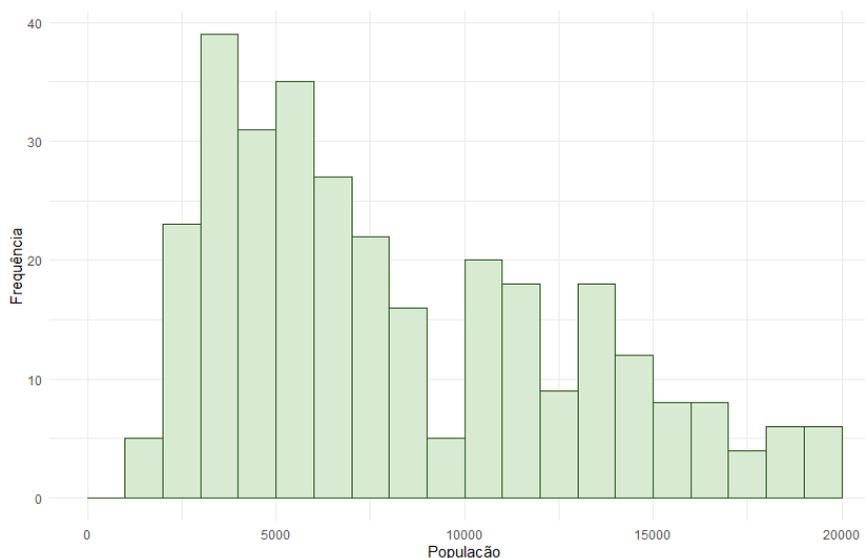


Figura 3: Histograma dos municípios de pequeno porte do Paraná segundo população total

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Um esforço de caracterização interessante envolve compreender como este conjunto de municípios se organiza segundo o grau de urbanização. Conforme pode ser visto na figura 4, ao se dividir a distribuição da população pela taxa de urbanização – classificada entre até 50%, 50 a 75% e maior que 75% –, pode-se visualizar comportamento muito semelhante.

Há que se destacar, contudo, que os municípios com menores taxas de urbanização tendem a ser aqueles de menor população, em uma tendência já esperada.

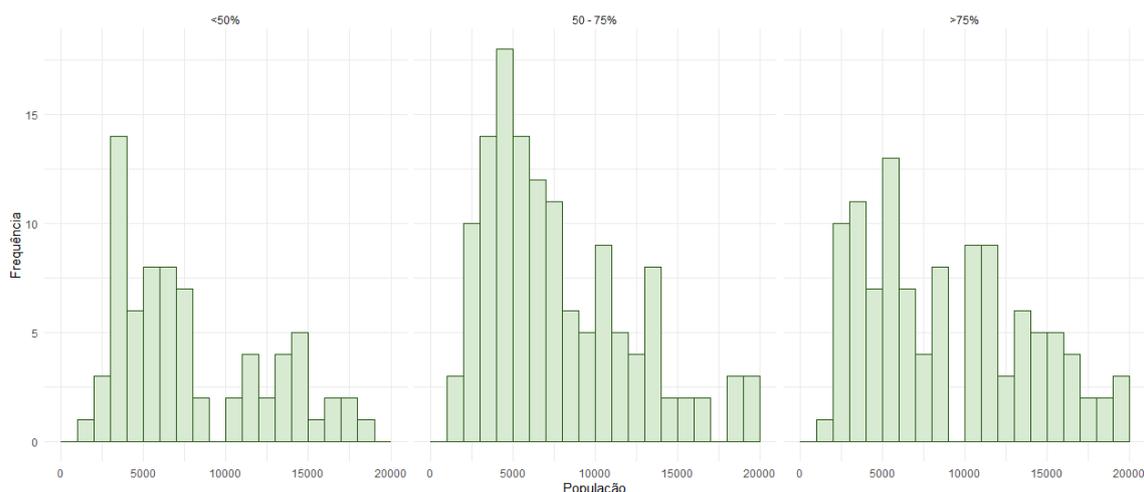


Figura 4: Resultado da divisão da população pela taxa de urbanização

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021



Considerando as variáveis de interesse da pesquisa³, os 312 municípios foram agrupados a partir da análise de conglomerados por meio de k-means, uma técnica multivariada exploratória e não hierárquica amplamente utilizada para o estudo de “comportamentos semelhantes [...] e eventual existência de clusters homogêneos” (FÁVARO, BELFIORE, 2017).

Para a determinação do número de agrupamentos, adotou-se o método Elbow, analisando-se a redução da variância dos dados dentro de cada grupo a medida em que se aumenta o número de clusters. A escolha deve ponderar os ganhos resultantes da maior diferenciação entre os grupos e o grau de homogeneização intragrupo. A figura abaixo apresenta a curva resultante da soma dos quadrados totais de acordo o respectivo número de cluster, na qual percebe-se uma redução substancial de ganho com três grupos.

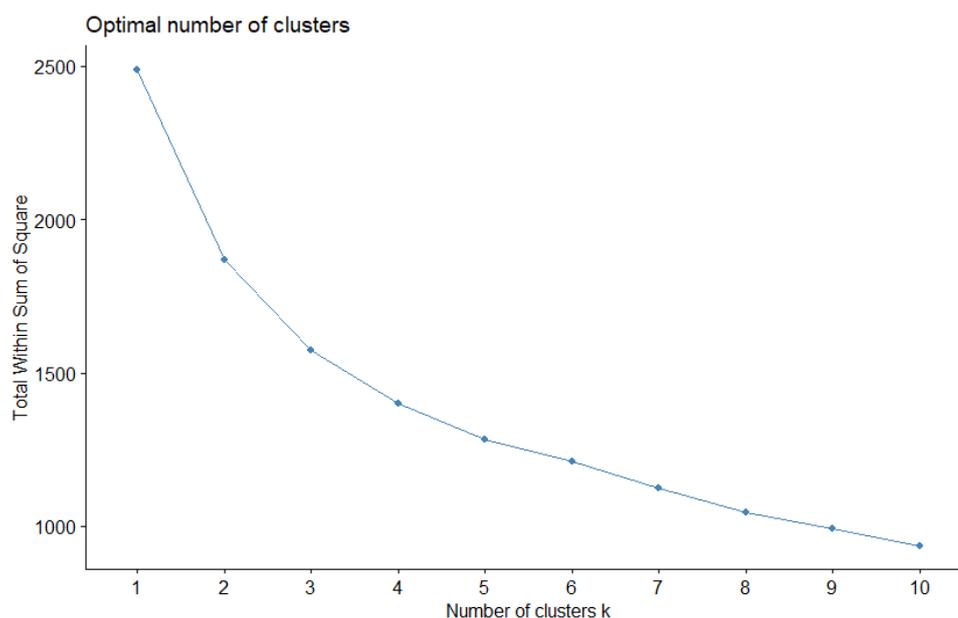


Figura 5: Curva resultante da soma dos quadrados totais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A tabela abaixo compila os valores médios para cada variável considerando seu agrupamento em três clusters. O primeiro grupo, com 84 municípios se destaca por reunir municípios com maior parte da população, elevada taxa de urbanização, um PIB per capita quase duas vezes maior que os demais, além de densidade demográfica e renda também significativamente superiores. No contexto desta pesquisa, trata-se de um cluster

³ População total, população urbana, área territorial, densidade demográfica, PIB per capita, Renda média, IDHM, Grau de Urbanização e índice de Gini.



com características notadamente mais urbanas e, portanto, menos distantes da discussão e instrumentos de planejamento urbano instituídos no país.

Cluster	Número de municípios	Área territorial	População Total	PIB per capita	Taxa de Urbanização	População Urbana	Renda média	IDHM	Índice de Gini	Densidade demográfica
1	84	396,42	11573,62	43259,36	70,28	8329,96	690,20	0,72	0,48	36,32
2	76	724,47	9475,05	24757,05	42,38	4219,55	442,88	0,65	0,51	15,57
3	152	253,20	5756,85	27619,20	71,41	4241,14	557,36	0,70	0,43	24,54

Figura 6: Valores médios agrupados em três clusters

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Por sua vez, o cluster 2, com 76 municípios, caracteriza-se pelos mais baixos patamares de renda, densidade, IDHM e PIB per capita. Destaque particular para os valores sensivelmente inferiores de densidade demográfica e taxa de urbanização média, ainda que com população total por município significativa. Trata-se de um grupo mais rural, com população dispersa em áreas territoriais maiores, aliada à menores patamares em termos de indicadores tradicionais de desenvolvimento humano.

Por fim, o cluster 3, com 152 municípios aproxima-se o primeiro grupo em taxas de urbanização, IDHM e densidade demográfica, mas com população sensivelmente inferior, bem como PIB per capita. Assim, pode-se perceber o delineamento de um conjunto de municípios com características urbanas, mas de menor porte e, por consequência, com menor produção de riqueza bruta.

O conjunto de gráfico *boxplots* (abaixo) explora os valores de população urbana, PIB per capita, grau de urbanização e densidade demográfica para os três clusters, reforçando às interpretações e caracterizações apresentadas anteriormente.

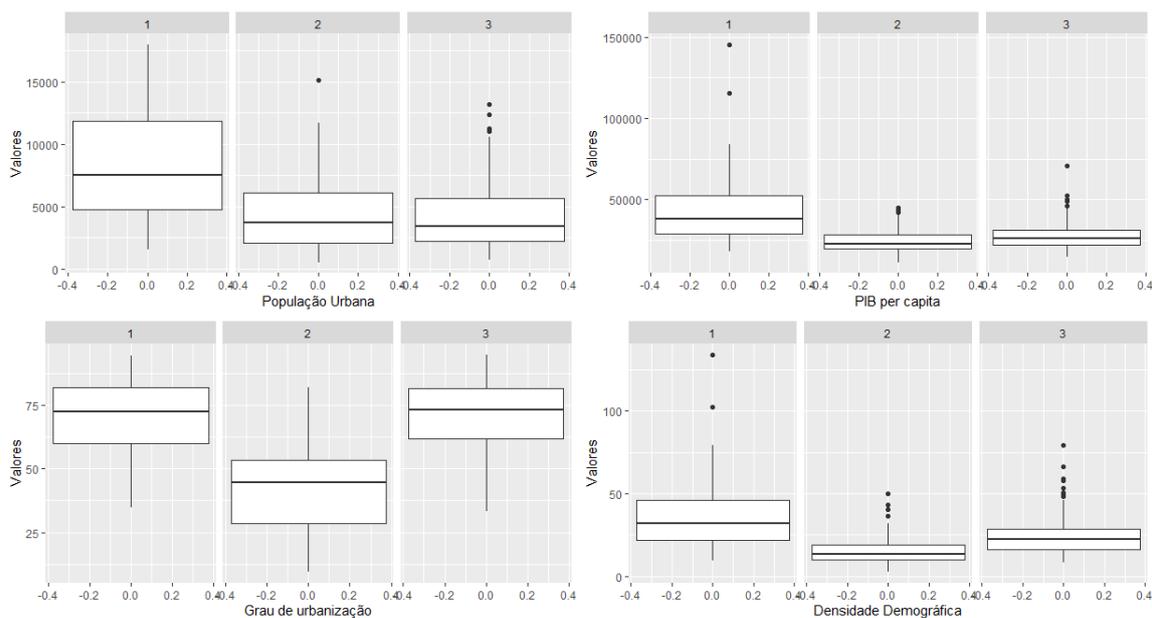


Figura 7: Boxplot população urbana, PIB, grau de urbanização e densidade demográfica

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Por fim, ao observar a distribuição territorial do agrupamento produzido, percebe-se uma tendência de concentração espacial (figura 8). Sobretudo para os grupos 2 e 3. Em outras palavras, soma-se às características previamente descritas um contexto territorial específico, que pode contribuir para sua classificação.

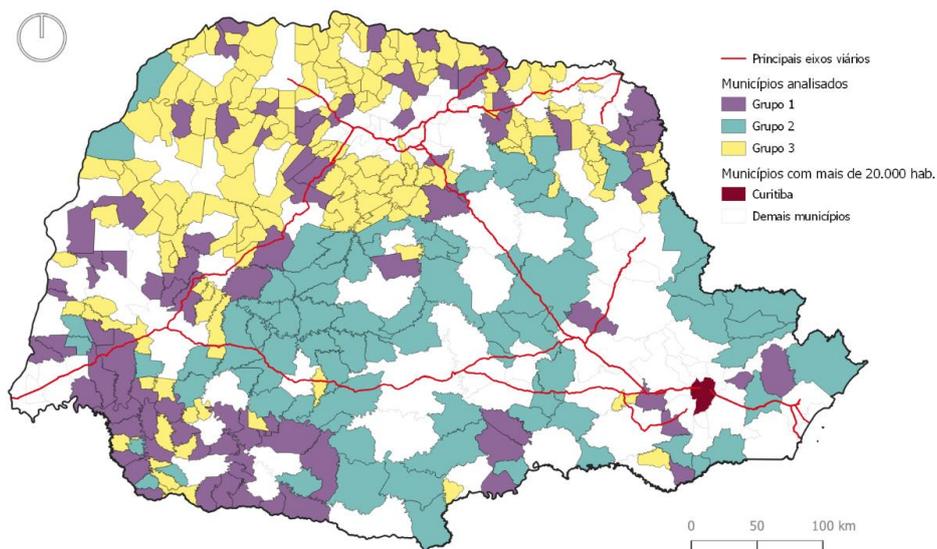


Figura 8: Resultado da distribuição territorial por grupos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento presente, embora se tenha propagado pesquisas acadêmicas e inquietações acerca da realidade dos municípios de pequeno porte, ainda é preciso ampliar o debate teórico e empírico sobre essas localidades, ainda que exista uma ampla parcela, diversidade e complexidade dessas pequenas cidades no território nacional. Além disso, essas preocupações precisam ser discutidas no âmbito científico, e compreendendo o urbano brasileiro em sua totalidade, inserindo os municípios de pequeno porte a partir de suas próprias realidades na rede urbana.

Este artigo teve por objetivo investigar de forma exploratória as configurações dos municípios de pequeno porte no estado do Paraná por meio de análise de agrupamento dos municípios, operacionalizada a partir de técnicas de análise estatística multivariada. O intuito é propor novos questionamentos e contribuir com o campo ao aplicar técnicas exploratórias para classificar os municípios de pequeno porte em grupos de características homogêneas, apontando para focos para pesquisas futuras e estudos sobre o tema.

Considerando os 399 municípios totais do Paraná, 312 municípios são caracterizados como municípios de pequeno porte, ou seja 78% possuem no máximo 20 mil habitantes, e dentre esses 312 municípios, 75% com menos de 11.500 habitantes. Efetivamente, pode-se entender no presente artigo, que a realidade urbana do Paraná é composta por mais de 70% de cidades pequenas.

Portanto, o olhar para os municípios de pequeno porte deve ser destacado no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e até suas adversidades, reconhecendo a existência de uma parcela relevante de pessoas que residem nesses espaços que são, geralmente, preteridos pelas políticas públicas. É preciso conhecer a realidade desses locais, os seus principais problemas, as suas particularidades e qualidades, as relações e os papéis na rede urbana, entre outros fatores, para poder avançar acerca da conceituação da temática e na teorização do urbano brasileiro.

Acredita-se que a tomada de conhecimento sobre essas realidades socioespaciais, distintas daquelas dos médios e grandes portes, pode se constituir em um ponto chave para a ampliação das condições teóricas fundamentais ao aprofundamento do entendimento da urbanização brasileira.



REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, P. 1-34, 2001.

CASTELLO BRANCO, M.L.G. Cidades médias no Brasil. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, p. 245-277, 2006.

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. As dimensões de análise das rdes geográficas. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, V.6, P. 43-53, 1999.

COSTA, E. M. **Cidades médias: dimensão política da leitura econômica**. Revista FINISTERRA, V. 74, P. 101-128, 2002.

ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese doutorado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados** estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. **Perfil dos municípios brasileiros: 2018**, IBGE, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, S.; GONÇALVES, L. Instrumentos urbanísticos nos municípios paulistas de pequeno porte. **9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

OLIVEIRA, C.; MAGALHÃES, J. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.



SANTOS M. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais.** V.22, E202001, 2020.

SCHINDLER, S. *Towards a paradigm of Southern urbanism.* **City.** V.21, P. 47-64, 2017.

SILVA, P. F. J.; BERNARDELLI, M. L. F. H. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **Geosp - Espaço e Tempo (Online),** V.23, P. 163-181, 2019.

SILVA, W. R. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá.** Tese Doutorado, UNESP. Presidente Prudente-SP, 2006.

SPOSITO, M.E.B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** São Paulo: Editora da Unesp, P. 569-607, 2001.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G.C. Cidades médias: elos do urbano-regional e público-privado. **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, P. 35 -77, 2001.

VIEIRA, A. B. Cidades Médias: Uma abordagem a partir da dimensão política da leitura econômica. **Caminhos de Geografia,** V. 12, n. 40, P. 181-188, 2011.

WATSON, V. *Locating planning in the New Urban Agenda of the urban sustainable development goal.* **Plan. Theory,** V.15, P. 435-448, 2016.